

JORNAL:

A Tarde

DATA:

06/04/93

CAD: 12

PAG:

09

Assunto: Habitação

17

PREFEITURA
DE SALVADOR

TRABALHANDO PARA VOCÊ

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Habitação popular no Brasil - Impasses e alternativas

"Não resta dúvida que o futuro das regiões metropolitanas do País é sombrio. Estimativas do Habitat da ONU dão conta que no ano 2000 as nossas atuais regiões metropolitanas estarão com uma população em torno de 64 milhões de habitantes... Das nove regiões metropolitanas, as que apresentaram em 1990 maior concentração populacional relativa ao município-metrópole foram as de Belém (91,5%), Salvador (85,3%) e Fortaleza (83,9%)".

Fernando Alcoforado (*)

1. A QUESTÃO HABITACIONAL E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

A questão habitacional no Brasil só poderá ser avaliada nos seus devidos termos desde que ele seja abordada à luz do processo de urbanização acelerada registrada no País a partir da década de 50, quando as cidades passaram a assumir um novo papel no desenvolvimento nacional.

O programa de industrialização substitutiva de importações, encetado pelo governo Juscelino Kubitschek em meados da década de 50, contribuiu enormemente para o processo de urbanização acelerada, que já apresentava suas primeiras manifestações após a Revolução de 1930.

É preciso destacar que a Revolução de 30 significou o declínio do modelo agro-exportador que, até então, prevalecia no Brasil. A Revolução de 30 contribuiu para a emergência hegemônica da burguesia comercial e industrial, o crescimento do mercado urbano de bens e serviços e uma acentuada participação do Estado nas esferas econômica e social. "Esses três aspectos, mas não só eles, determinam o conteúdo, a forma e a intensidade do processo de urbanização" (Schmidt e Farret, 1986).

Historicamente, o desenvolvimento do Brasil esteve sempre vinculado à sua urbanização porquanto foram as cidades os centros propulsores do crescimento e diversificação da economia nacional, especialmente a partir do fim do século XIX. No Brasil, nas cidades, foram desenvolvidas, inicialmente, funções de exportação ligadas à exploração de recursos naturais. "O processo de industrialização surgiu posteriormente, como resultado dos benefícios advindos do sistema de transportes de longa distância e concentrando-se nas cidades que desenvolveram mercados e serviços locais, ligados ao comércio exterior" (Barat e Geiger, 1973).

A partir da década de 30, o urbano adquire maior força no Brasil. Nesse período, o setor industrial torna-se o principal "locus" de acumulação do capital. As cidades ligadas às atividades agromercantis propiciam tamanhos de mercado compatíveis com o processo de industrialização. Assim, o processo de concentração industrial surgiu nos centros urbanos que ofereciam, principalmente, economias de urbanização em consequência da concentração de serviços e facilidades administrativas ligadas à exportação.

Definitivamente, confirmada como "locus" e condição necessária à acumulação do capital, a cidade vai concentrando os reflexos do processo de desenvolvimento nacional. Deste processo resultou a polarização da estrutura urbana: de um lado, a "cidade legal", representada pela alta qualidade de seus serviços urbanos e ocupada pelas antigas classes dominantes e novos grupos sociais ascendentes; de outro, a "cidade ilegal" onde se registra a péssima qualidade dos serviços urbanos, a desordem na ocupação do solo e o vale-tudo jurídico e urbanístico muito propício à expansão de favelas e loteamento periféricos. "No primeiro caso, os planos reguladores, a oferta de bens e serviços, a "limpeza" social-urbana; no segundo, o déficit, a apropriação bruta para atender demandas que deveriam ser satisfeitas de qualquer modo" (Schmidt e Farret, 1986).

Políticas urbanas explícitas vieram ao encontro dessas novas questões e demandas sociais que passaram a fazer parte das ações governamentais. Assim, políticas especiais para favelas, políticas municipais através das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão e da Fundação da Casa Popular, no final da década de 40, marcaram a presença do Estado no setor habitacional. Além disso, ações regionais, como a criação da Sudene, a construção de Brasília e a implantação do plano viário de integração nacional na década de 50, marcaram, também, a presença do Estado na solução urbana do espaço.

A expansão industrial registrada no País nas décadas de 50 e 60, associada ao processo de integração do mercado nacional, propiciada pela implementação do plano viário em todo o País, contribuiu enormemente para atrair da zona rural para as cidades de maior porte grande número de migrantes. Nas décadas de 70 e 80, acentuou-se o êxodo rural para as grandes cidades, provocado pelo novo ciclo de industrialização inaugurado no final dos anos 60 e pelo desemprego no campo, resultante da modernização da agricultura e de sua substituição pela pecuária em algumas regiões do País.

De 1950 até os nossos dias ocorreu uma crescente concentração populacional em nove áreas metropolitanas (regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), num total de 134 municípios. Assim, a população das regiões metropolitanas aumentou sua participação na população nacional total de 17,6% em 1950 para 29% em 1980. A população economicamente ativa ampliou, por sua vez, sua participação de 19,5% em 1950 para 37,5% em 1980.

A crescente concentração da população nas nove regiões metropolitanas brasileiras é um fato indiscutível. Ano após ano levadas de migrantes buscam as regiões metropolitanas do País, na expectativa de melhor oportunidade de sobrevivência. Na década de 70, a população rural diminuiu pela primeira vez. Entre 1960 e 1970 pouco mais de 900 municípios perderam população e, entre 1970 e 1980 este número elevou-se para cerca de 1.300 municípios. Entre 1980 e 1990, cerca de 1.800 municípios perderam população (Bremaeker, 1988).

FUTURO SOMBRIO

Não resta dúvida que o futuro das regiões metropolitanas do País é sombrio. Estimativas do Habitat da ONU dão conta que, no ano 2000, as nossas atuais regiões metropolitanas estarão com uma população em torno de 64 milhões de habitantes e estimativas do IBAM preconizam nada menos que 80 milhões de habitantes no ano 2010. Ressalte-se que, no momento, a população total das nove regiões metropolitanas corresponde a, aproximadamente, 48 milhões de habitantes. Das nove regiões metropolitanas, as que apresentaram em 1990 maior concentração populacional relativa ao município-metrópole foram as de Belém (91,5%), Salvador (85,3%) e Fortaleza (83,9%).

O crescimento acelerado das regiões metropolitanas no Brasil acentuou e fez mais perceptível uma série de desequilíbrios, principalmente entre a oferta e a demanda de habitação e serviços urbanos, que compõem uma problemática urbana específica. A percepção desta problemática e do rápido crescimento da população marginalizada nos grandes centros tem suscitado abundantes apreciações críticas da urbanização nos países não-desenvolvidos, boa parte das quais se dirigem ao processo como tal, revelando-se, no fundo, como uma crítica antiurbana" (Singer, 1977). "As opções que esta crítica explícita ou implicitamente propõe — controle da urbanização, industrialização com técnicas menos avançadas ("intermediárias") orientada para fora — são utópicas e tendem a desviar a atenção da verdadeira problemática do desenvolvimento" (Singer, 1977).